ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA SAÚDE MENTAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES EM TEMPOS DE PANDEMIA

REIS, Diana Cristina Rebouças dos[1]

RESUMO

ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA SAÚDE MENTAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES EM TEMPOS DE PANDEMIA

Diana Cristina Rebouças dos Reis[1]; Natália Gomes da Silva[2]

RESUMO: O presente resumo traz um debate sobre o processo de trabalho do Assistente Social na política de Saúde Mental diante do contexto de pandemia relacionado ao coronavírus (COVID-19). Nessa perspectiva, este estudo se propõe a apresentar os desafios e possibilidades existentes nessa atuação, expondo como o processo de formulação, execução e acompanhamento de ações, que visam à promoção de saúde, se insere na prática desse profissional no referido cenário. Para a consecução do objetivo proposto, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a temática concernente às categorias Serviço Social, Saúde Mental e Pandemia, tendo como principais referências os princípios norteadores da profissão de Serviço Social e da Reforma Psiquiátrica, as orientações da Organização Mundial de Saúde, Ministério da Saúde, bem como periódicos encontrados na base SciELO nos últimos 10 anos. Conquanto, apreende-se a importância do Assistente Social neste espaço sócio-ocupacional, principalmente em tempos de agravamento das expressões da questão social, visto que o mesmo objetiva contribuir, entre outros aspectos, na busca pela integralidade do atendimento e no desenvolvimento da autonomia dos usuários, inclinando seu processo de trabalho na busca pela viabilização do direito do usuário.

1 INTRODUÇÃO

A Reforma Psiquiátrica é um movimento que, desde a década de 1970, vem mobilizando uma série de atores na busca por sua efetivação. Alguns aspectos já foram conquistados, como o deslocamento do cuidado para o território, o progressivo fechamento de hospitais psiquiátricos e a quebra com o modelo hospitalocêntrico, que tendia a excluir e fragmentar o cuidado com os usuários com transtornos mentais. No entanto, mesmo com estas conquistas, ainda há alguns aspectos necessários para se avançar no sentido do alcance de uma maior qualidade e efetivação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em todo o Brasil (MOTA, et al., 2016).

Ainda segundo as autoras supracitadas, como área da saúde e, portanto, campo de prática profissional, a saúde mental se configura como uma área diversificada no que diz respeito ao campo de atuação de diversas profissões. Dentre estas, é essencial que o trabalho efetivado compreenda uma atuação conjunta, dialogada entre os diversos saberes e, assim, interdisciplinar. Nesse contexto, o Assistente Social, profissional que intervém nas expressões da questão social existentes na sociedade, integra as equipes multiprofissionais dos serviços substitutivos de saúde mental, a exemplo dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

De acordo com Rosa (2008), o Serviço Social orienta a atuação numa perspectiva de fortalecimento da rede social e da coletividade dos sujeitos, permitindo a otimização dos serviços a partir do oferecimento da assistência integral. A noção de integralidade na saúde mental pressupõe a não fragmentação do usuário com transtorno mental apenas em suas queixas, mas sim da utilização da rede e dos serviços intersetoriais, por usuários e familiares, no sentido de potencialização da rede como um recurso de assistência em saúde.

Além disso, o Assistente Social, valorizador de seu projeto ético político, tem em vista articular suas ações numa finalidade de permitir a cidadania. Compreende-se, assim, que este profissional deve atuar, na saúde mental, de acordo com o caráter de mobilização rumo à construção de uma nova ordem societária, desenvolvendo seu ativismo político, sua dinâmica de atuação e também utilizando sua criatividade para sugerir alternativas, transpondo barreiras que possam vir a ser impostas. Nesta perspectiva, não deixa de ser um desafio que o assistente social consiga participar ativamente de movimentos sociais e de controle social, além do planejamento das políticas, tendo em vista que a prática deve ser efetivada de modo a abranger todas as suas dimensões (MOTA, et al., 2016).

Ademais, desde o anúncio da pandemia de coronavírus (COVID-19) em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a população brasileira passou a enfrentar novas situações cotidianas materializadas no agravamento das expressões da questão social e na intensificação da precarização do trabalho, ampliando-se também o número de sujeitos em situações de vulnerabilidade e risco social. Sendo as expressões da questão social a matéria-prima do trabalho do Assistente Social, exponenciaram-se também as demandas apresentadas nos espaços sócio-ocupacionais, agora, em parte, respondidas por meio de tecnologias de informação e comunicação

[1] Universidade Potiguar, dianareisicapui@gmail.com

digital, o que vem trazendo desconforto e insegurança profissional (SARMENTO et al., 2020).

Considerando esses aspectos relatados, faz-se importante refletir de forma crítica em como o Serviço Social tem atuado nessa política no atual estado de calamidade pública para, assim, estimular o fomento de enfrentamento de estratégias coerentes e responsáveis.

2 OBJETIVOS

Diante das transformações na sociedade e agravamento das expressões sociais que a pandemia do COVID-19 trouxe, este estudo visa analisar os desafios e possibilidades do trabalho do Assistente Social na política de Saúde Mental nesse contexto, identificando estratégias para os impasses existentes e caminhos para a execução de um fazer profissional coerente e efetivo. Além disso, esta pesquisa empenha-se em apresentar a importância do Serviço Social na Saúde Mental no cenário de calamidade pública, explanar a discussão sobre a importância de defender um modelo de saúde mental humanizado e com atendimento integrado, e, por fim, conhecer as dimensões e aspectos sociais envolvidos no trabalho do Assistente Social na Saúde Mental.

3 METODOLOGIA

Este trabalho se trata de uma revisão bibliográfica que tem como objetivo analisar pesquisas relevantes ao tema proposto, possibilitando a elaboração de um compilado sobre o assunto, contribuindo para a disseminação do conhecimento acerca do processo de trabalho do Assistente Social na Saúde Mental em tempos de pandemia da COVID-19. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é de extrema importância para fazer um comparativo entre as literaturas e é um meio eficaz de produção de conhecimento para os novos pesquisadores. Além disso, a principal vantagem bibliográfica é possibilitar ao investigador uma maior abrangência de conteúdo e proporcionam uma fonte confiável de informação.

De acordo com o autor supracitado, a pesquisa bibliográfica é uma das tarefas que mais contribuem para o aprendizado na área de estudo, haja vista que os estudos apresentarão dados e conceitos já testados e descobertos, permitindo que o pesquisador compreenda o conteúdo e compare com suas ideias e metodologias.

O resumo foi feito por meio de pesquisas em revistas eletrônicas, sites oficiais, livros e artigos periódicos, tendo como critérios de inclusão artigos publicados em português nos últimos 10 anos. A pesquisa foi realizada por meio da busca pelas categorias Serviço Social, Saúde Mental e Pandemia, tendo como principais referências os princípios norteadores da profissão de Serviço Social e da Reforma Psiquiátrica, as orientações da Organização Mundial de Saúde, Ministério da Saúde, bem como periódicos encontrados na base SciELO nos últimos 10 anos. Além disso, compreende-se que, para entendermos tais relações e dimensões, faz-se necessário, antes de tudo, a análise da historicidade das categorias em questão, a fim de apreender, como se deu essa atuação ao longo do tempo.

4 RESULTADOS

Segundo Costa (2009), na saúde, a intervenção do Assistente Social se define a partir das condições históricas do próprio desenvolvimento da saúde no Brasil. É com o surgimento do Projeto da Reforma Sanitária que o Serviço Social estabelece um paralelo entre tal projeto e o estabelecimento do projeto hegemônico da profissão, o Projeto Ético Político.

Para além da Reforma Sanitária, na saúde mental, ocorreu o Movimento de Reforma Psiquiátrica, que, no Brasil, surgiu influenciado pelo movimento que vinha ocorrendo na Itália com a implantação de novos modelos de atenção à saúde mental. A Reforma Psiquiátrica brasileira surgiu juntamente com inúmeras discussões, encontros de trabalhadores em saúde mental e a organização de congressos locais e nacionais, que deram início à organização de lutas sociais, a fim de se pensar na desconstrução do modelo psiquiátrico asilar e na criação de novos serviços substitutivos em saúde mental (MOTA, et al., 2016).

De acordo com Bisneto (2007), a inserção da profissão de Serviço Social na área da saúde mental deu-se de forma gradativa e paralela ao movimento de Reforma Psiquiátrica. No pós-ditadura militar no Brasil, esta Reforma passou a conviver com o pensamento único do neoliberalismo e até hoje perdura entre suas correntes teóricas que entendem a loucura como fenômeno social, político e histórico pela perspectiva dialética. Em comum com o projeto da referida Reforma, o Serviço Social é provocado nos seguintes pontos: o debate acerca da transformação da assistência psiquiátrica e de assistência social; a ênfase no aspecto político de tais tipos de assistência; a necessidade de realizar uma prática interdisciplinar; e de democratizar

[1] Universidade Potiguar, dianareisicapui@gmail.com

as relações de poder entre trabalhadores e usuários nos serviços.

Ademais, como fruto da aprovação do Projeto de Lei de 1989, do deputado Paulo Delgado, que tratava da progressiva substituição das instituições asilares e manicomiais por serviços substitutivos a tal modelo hospitalocêntrico, e diante da necessidade de expansão dos serviços, surgiram os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), criados para oferecer assistência em saúde mental. Estes centros são entendidos como potencializadores do cuidado no território e foram regulados, no âmbito do Sistema Único de Saúde, pela Portaria nº. 336/GM, de 19 de fevereiro de 2002. O CAPS é permeado por aspectos políticos, na medida em que atua num modelo de gestão participativa e de controle social, e opera como instância de efetivação de um projeto terapêutico que visa à humanização da saúde.

É, então, desde os anos 1990, com um grande número de contratação de profissionais, que o assistente social começa a se integrar nas equipes multiprofissionais dos CAPS. Estando embasado principalmente por sua formação de base social e política, este profissional passa a atuar com enfoque para a ação no território, privilegiando a reinserção na sociedade das pessoas com transtornos mentais, historicamente excluídas. (BISNETO, 2007).

O coronavírus (COVID-19), identificado na China no final de 2019, tem um alto potencial de contágio e sua incidência aumentou exponencialmente. Sua transmissão generalizada foi reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia. Informações dúbias ou mesmo falsas sobre fatores relacionados à transmissão do vírus, o período de incubação, seu alcance geográfico, o número de infectados e a taxa de mortalidade real levaram à insegurança e ao medo na população. A situação foi exacerbada devido às medidas de controle insuficientes e à falta de mecanismos terapêuticos eficazes. Essas incertezas têm consequências em diversos setores, com implicações diretas no cotidiano e na saúde mental da população. Em uma pandemia, o medo aumenta os níveis de ansiedade e estresse em indivíduos saudáveis e intensifica os sintomas daqueles com transtornos psiquiátricos pré-existentes. (ORNELL et al., 2020).

Especificamente para esse novo cenário do COVID19, Xiang et al. sugerem que três fatores principais sejam considerados ao desenvolver estratégias de saúde mental: 1) equipes multidisciplinares de saúde mental (incluindo psiquiatras, enfermeiros psiquiátricos, psicólogos clínicos e outros profissionais de saúde mental); 2) comunicação clara envolvendo atualizações regulares e precisas sobre o surto de COVID-19; e 3) estabelecimento de serviços seguros de aconselhamento psicológico (por exemplo, via dispositivos ou aplicativos eletrônicos).

Além disso, Ornell et al. enfatizam que é extremamente necessário implementar políticas públicas de saúde mental em conjunto com estratégias de resposta a epidemias e pandemias antes, durante e após o evento. Profissionais de saúde mental, como psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais, devem estar na linha de frente e desempenhar um papel de liderança nas equipes de planejamento e gerenciamento de emergências. Protocolos de assistência, como os utilizados em situações de desastre, devem cobrir áreas relevantes para a saúde mental individual e coletiva da população.

Diante disso recentemente, a OMS e o Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos EUA (CDC) publicaram uma série de recomendações psicossociais e de saúde mental. Entre elas, tem-se: Incentivar a participação de equipes multidisciplinares de saúde mental nos níveis nacional, estadual e municipal; Realizar treinamento em protocolos de gerenciamento de estresse, trauma, depressão e comportamento de risco; Padronizar medicamentos psicotrópicos e disponibilizá-los; Garantir recursos e infraestrutura adequados para os serviços de saúde mental; Garantir que os cuidados de saúde clínicos e mentais sejam acessíveis à população; Desenvolver materiais psicoeducacionais facilmente acessíveis à população; Fornecer canais oficiais para informações atualizadas ao público; Fornecer canais de serviço alternativos (aplicativos, sites, telefone); Incentivar continuamente a pesquisa científica; Considerar e respeitar fatores culturais na implementação de políticas públicas; Coletar dados epidemiológicos que possam apoiar futuras políticas de prevenção e assistência à saúde mental.

Em tempos de pandemia, a produção recente que tem o próprio Serviço Social como objeto centra-se na qualidade concreta e particular do trabalho, aspecto que demanda considerar a tensa relação entre a condição de trabalhador (a) assalariado (a) e o projeto ético-político profissional, afetando sua autonomia no exercício profissional (SARMENTO et al., 2020).

Entre os desafios que se pode destacar nessa atuação, Sarmento et al. trazem que, com as condições e medidas sanitárias que se apresentam desde o início da pandemia, muitas ações foram tomadas do ponto de vista do aparato jurídico e institucional para o atendimento nos diversos espaços de atuação profissional. São decretos, protocolos, normas, legislação, distanciamento social que modificaram toda a rotina antes estabelecida, exigindo conhecimento e respostas objetivas dos (as) profissionais aos problemas e demandas que se apresentam em um tempo por demais reduzido, configurando uma profunda alteração nas dinâmicas de atendimentos no interior das políticas e instituições.

Ainda de acordo com os autores referenciados, diante de tantas adversidades e injustiças

[1] Universidade Potiguar, dianareisicapui@gmail.com

que são geradas na gestão das políticas, a categoria profissional dos (as) assistentes sociais tem se apresentado criticamente em diversas manifestações com posicionamento claro em defesa da vida humana e a saúde pública. Isto gera desdobramentos no fortalecimento político dos (as) profissionais, instruindo e orientando-os (as) sobre os desmandos, desinformações que comprometem o atendimento qualificado e a garantia de direitos, portanto, há um tensionamento na implementação dos serviços e autonomia profissional.

Outro desafio enfatizado por Sarmento et al é que ainda no campo das políticas sociais, o atual quadro sanitário, social e econômico exige maior intersetorialidade, desde o diálogo para apresentar informações adequadas e orientar a população, até a execução dos serviços. Na maioria das vezes, isto é feito pelos (as) profissionais de Serviço Social, no entanto, considerando as debilidades deste princípio e as exigências de sua realização percebe-se uma responsabilização dos (as) profissionais para esta tarefa, causando graves sequelas devido ao estresse do atendimento direto aos/às usuários (as) contagiados (as) ou não, que exigem a garantia do atendimento, bem como de seus familiares.

Além disso, com o trabalho de urgência e emergência desenvolvido nos diferentes espaços sócio-ocupacionais que se ampliaram para além da área da saúde estritamente, as exigências cresceram muito na assistência social e previdência, ampliando a demanda por estes serviços, por setores e segmentos populacionais que não eram atendidos por estas políticas. Porém, não houve contratação e ampliação dos quadros profissionais, sobrecarregando aqueles que passaram a atender todo tipo de demanda, ampliando as fontes de ansiedade, angústia e estresse físico e mental pelo fato das exigências serem superiores ao possível de ser realizado pelos profissionais (SARMENTO et al., 2020).

Conforme destaca-se ao longo do texto, inúmeros desafios se apresentam para o Serviço Social diante das demandas decorrentes da problemática aqui discutida. Faz necessário, assim, o fomento de estratégias alicerçadas em princípios éticos e democráticos para o enfrentamento aos impasses existentes. Nesse sentido, Fonseca et al. trazem que, no princípio do acolhimento universal, localiza-se em meio à pandemia a necessidade ainda maior desse ideal. Nesse momento, ter conhecimento de como a rede está funcionando e os canais de comunicação, se fazem extremamente necessário, para que uma escuta alivie a angústia, um encaminhamento implicado seja resolutivo e uma maior possibilidade de articulação da rede e intersetorialidade ocorra de forma assertiva. Dessa forma, é preciso o fortalecer o compromisso coletivo em articulação com a rede intersetorial como mecanismo de proteção e cuidado integral visando o reconhecimento do sujeito em sua totalidade.

Assim, nesse cenário adverso, de muitos desmontes, diminuição de recursos humanos, contrarreformas e violação de direitos, o Assistente Social tem um papel fundamental na luta em favor dos direitos da classe trabalhadora. Através da educação em saúde, seja em contatos telefônicos, mídias sociais ou atendimento presencial quando necessário, esse profissional se empenha na socialização de informações para esclarecer sobre direitos, serviços e benefícios, desburocratizando esse processo.

Contudo, estudar essa temática é relevante, uma vez que permite conhecer quais os caminhos que o Assistente Social pode trilhar para efetivar o direito do sujeito e realizar seu papel dentro da política de Saúde Mental de forma responsável. Em vista disso, faz-se necessário um maior debate crítico e reflexivo para analisar estratégias de intervenções efetivas para atender as demandas apresentadas no cotidiano nesse âmbito, a fim de que o público atendido receba uma assistência de qualidade.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BISNETO, J. A. **Serviço Social e saúde mental:** uma análise institucional da prática. São Paulo: Cortez, 2007.

COSTA, M. D. H. O Trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais. In: MOTA, A. E. (Org.). **Serviço Social e Saúde:** formação e trabalho profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília-DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009, p. 304-351.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2020. 176 p.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria N° 336/02/MS.** Brasília: MS, 2002.

[1] Universidade Potiguar, dianareisicapui@gmail.com

MOTA, M. de L.; RODRIGUES, Cleide Maria Batista. Serviço Social e Saúde Mental: Um estudo sobre a prática profissional. **SER Social,** Brasília, v. 18, n. 39, p. 652-671, 2016.

ROSA, L. **Transtorno mental e o cuidado na família**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ORNELL, FELIPE et al. Pandemia de medo e COVID-19: impacto na saúde mental e possíveis estratégicas. **Revista debates in psychiatry**, 2020.

Xiang Y-T, Yang Y, Li W, Zhang L, Zhang Q, Cheung T, et al. Cuidados de saúde mental oportunos para o novo surto de coronavírus de 2019 são necessários com urgência. **Lancet Psychiatry** 2020; 7: 228-9.

---

[1] Discente do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Potiguar. E-mail: dianareisicapui@gmail.com. Mossoró RN, Brasil.

[2] Discente do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Potiguar. E-mail: ngomes708@gmail.com. Mossoró RN, Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Assistente Social; Saúde Mental; Pandemia.